

EDITAL Nº 48/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2025

Objeto: Aquisição de 929 cestas natalinas a serem distribuídas aos colaboradores da Prefeitura Municipal de Tarumã no ano de 2025.

Critério de Julgamento: Menor preço por lote

Modo de disputa: Aberto

Sistema de Registro de Preços: Não Aplicável (Aquisição direta com entrega única).

Cota ME / EPP / EQUIPARADAS: Não

Valor estimado: R\$ 329.314,14 (trezentos e vinte e nove mil, trezentos e quatorze reais e quatorze centavos).

Data da sessão: 05 de dezembro de 2025

Início da Disputa: 09h00min - Horário de Brasília

Local: <https://licitar.digital/>

Regência: Lei Federal nº 14.133/21 e posteriores alterações.



EDITAL Nº 048/2025
PROCESSO Nº. 095/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Tarumã, com sede na Rua Aroeira, nº 482 - Vila das Árvores, Telefone: (0XX18) 3373-4700, por intermédio da **Secretaria Municipal de Governo** torna público, para conhecimento dos interessados que realizará **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº. 3.001/2023, de 20 de dezembro de 2023, da Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO INÍCIO DO CERTAME E ABERTURA DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

1.1. A sessão pública será processada e conduzida pelo Agente de Contratação com o auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do processo em epígrafe, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo **PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br**, nos seguintes prazos e condições:

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:	dia 05 de dezembro de 2025, às 09h00.
LOCAL:	www.licitardigital.com.br
REFERÊNCIA DO TEMPO:	Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

1.2. O fornecedor deverá observar as datas e horários limites previstos para a abertura das propostas atentando-se também para a data e horário para o início da disputa.

1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

1.4. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.



2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por **objeto a aquisição de 929 Cestas Natalinas para servidores públicos municipais de Tarumã/SP no ano de 2025**, dividida em dois lotes distintos, compostos conforme Termo de Referência (anexo III);

Lote 01 – Cestas Natalinas (itens alimentícios não perecíveis).

Lote 02 – Kits de Carne Refrigerada (itens perecíveis sujeitos à cadeia de frio).

2.1.1 Itens que compõem o Lote 01

Lote	Item	Descrição	Marca de Referência	Qtde
LOTE 01	1	Azeitona verde fatiada, de primeira qualidade, em conserva à base de salmoura (água, sal e eventualmente ácido cítrico ou láctico como reguladores de acidez), própria para consumo humano, com coloração verde-clara uniforme, textura firme, odor e sabor característicos, sem presença de caroços, fragmentos de caroços, peles soltas, fungos, mofo, fermentação ou resíduos estranhos. O produto deverá ser industrializado e envasado em embalagem plástica transparente, lacrada, hermética, íntegra e resistente, com peso líquido mínimo de 120 g, livre de vazamentos ou deformações, validade mínima de 01 (um) ano.	Rivoli, Cerealista Monte Castelo, Vale Fértil	1
	2	Batata palha, elaborada a partir de batatas selecionadas, descascadas, laminadas e fritas em óleo vegetal comestível (soja, milho, girassol ou equivalente), apresentando cor dourada uniforme, textura crocante, sabor e aroma característicos, livre de odor rançoso, excesso de óleo, umidade, manchas escuras, grumos ou resíduos queimados. O produto deverá ser industrializado, isento de conservantes não permitidos e aditivos artificiais em desconformidade com a legislação sanitária vigente. Deverá ser acondicionado em embalagem plástica individual, transparente ou semitransparente, lacrada, íntegra e hermética, com peso líquido mínimo de 200 g, garantindo a preservação do sabor e da crocância até o	Elma Chips, Yoki, Predilecta	1



	consumo. Validade mínima 03 (três) meses.		
3	Biscoito doce tipo wafer, crocante, composto por camadas finas de massa intercaladas com recheio cremoso de chocolate, sem cobertura externa, de sabor e aroma característicos, textura uniforme, sem trincas, umidade ou sabor anômalo, embalagem lacrada com peso mínimo de 100 g. A embalagem externa deverá conter denominação de venda, lista completa de ingredientes (indicando presença de alergênicos como glúten ou lactose quando aplicável), peso líquido, informação nutricional, identificação do fabricante (razão social, endereço, CNPJ), número do lote, data de fabricação e validade mínima de seis meses a contar da entrega.	Bauducco, Nestlé, Marilan	1
4	Biscoito doce tipo wafer, de primeira linha, com camadas de massa leve, intercaladas por recheio cremoso de chocolate ao leite e cobertura externa de chocolate ao leite, apresentando textura crocante, brilho uniforme e aroma/sabor característicos de chocolate ao leite. O produto deve estar isento de rachaduras excessivas, bolor, umidade irregular, manchas ou sabor desagradável. O produto deverá ser acondicionado em unidades embaladas internamente de forma individual, de modo a preservar a integridade e a crocância de cada	Bis, Herseys	1



	<p>unidade; Em seguida, essas unidades internas deverão ser agrupadas em embalagem externa tipo caixa, lacrada, íntegra, hermética e resistente ao transporte, com peso líquido mínimo de 100 g; A embalagem externa deverá ter formato e material que assegurem conservação, proteção contra umidade, danos e eventuais comprometimentos do produto. Acondicionado em embalagem cartonada aluminizada tipo "Longa Vida" (Tetra Pak ou similar), lacrada, íntegra e inviolada, com volume de 1 (um) litro; Embalagem primária resistente, apta para conservação e transporte, sem amassados, vazamentos ou deformações;</p>		
5	<p>Biscoito doce sabor chocolate, com recheio cremoso de chocolate ao leite, formato quadrado ou redondo, de boa qualidade, textura crocante, sabor e aroma característicos, isento de umidade, mofo ou odor estranho. Embalagem individual lacrada e íntegra, com peso líquido mínimo de 140 g, contendo identificação do produto, lista de ingredientes, marca, nome, endereço e CNPJ do fabricante, número do lote, data de fabricação e validade mínima de 6 meses a contar da entrega,</p>	<p>Bauducco, Nestlé (Passatempo), Marilan</p>	1
6	<p>Bombons de chocolate sortidos, recheados, tipo "especialidades" ou "favoritos", de primeira qualidade, sabor e aroma característicos, em perfeitas condições de consumo, livres de umidade, deformações ou odor estranho. Apresentação em caixa com no mínimo 250 g, lacrada e íntegra, contendo bombons embalados individualmente. A rotulagem deverá apresentar denominação do produto, lista de ingredientes, marca, nome, endereço e CNPJ do fabricante, número do lote, data de fabricação e validade mínima de 6 meses a contar da entrega</p>	<p>Nestlé (Especialidades), Garoto (Favoritos)</p>	1



7	<p>Creme de leite tipo UHT (ultra alta temperatura), com teor máximo de gordura de 20%, homogêneo, coloração branca, sabor e odor característicos, isento de grumos, impurezas ou separação de fases.</p> <p>Apresentação em embalagem cartonada Tetra Pak de 200 g, lacrada e íntegra, contendo denominação do produto, lista de ingredientes, marca, nome, endereço e CNPJ do fabricante, número do lote, data de fabricação e validade mínima de 120 dias a contar da entrega</p>	Nestlé, Itambé, Piracanjuba	1
8	<p>Farofa de mandioca pronta, tipo tradicional, temperada, elaborada com farinha de mandioca torrada e condimentos permitidos pela legislação vigente, de boa qualidade, sabor e aroma característicos, isenta de umidade excessiva, bolor, grumos ou odores estranhos. Apresentação em embalagem aluminizada de 400 g, lacrada, íntegra e resistente, preservando o produto contra umidade e contaminação. A rotulagem deverá conter, de forma legível e indelével: denominação do produto, lista completa de ingredientes, informações nutricionais (RDC 360/2003), peso líquido, marca, nome, endereço e CNPJ do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da entrega</p>	Yoki, Santa Massa	1
9	<p>Leite condensado tradicional, composto por leite integral ou semidesnatado, açúcar e lactose, apresentando consistência cremosa, textura homogênea, cor branca levemente amarelada, sabor e odor característicos, isento de impurezas, grumos, fermentação ou odor estranho. Produto industrializado, próprio para consumo humano, acondicionado em embalagem de 395 g, metálica ou cartonada, lacrada, íntegra e resistente, assegurando a conservação e a integridade do produto.</p>	Nestlé, Itambé, Piracanjuba	1



		A rotulagem deverá conter, de forma legível e indelével, a denominação do produto, lista completa de ingredientes, informação nutricional peso líquido, marca, nome, endereço e CNPJ do fabricante, número do lote, data de fabricação e validade mínima de 10 (dez) meses a contar da entrega.		
10		Macarrão tipo espaguete, elaborado com sêmola ou semolado de trigo durum, de primeira qualidade, fabricado a partir de matérias-primas, limpas e isentas de impurezas, matéria terrosa e parasitos. Será permitido o enriquecimento com vitaminas e minerais conforme a legislação vigente. O produto não deverá turvar a água antes da cocção e não poderá apresentar-se fermentado, rançoso ou com odor estranho. Apresentação em embalagem plástica lacrada e íntegra, com peso líquido de 500 g, contendo denominação do produto, lista de ingredientes, marca, nome, endereço e CNPJ do fabricante, número do lote, data de fabricação e validade mínima de 6 meses a contar da entrega	Renata, Adria, Galo	1
11		Maionese tradicional, composta por água, óleo vegetal, ovos pasteurizados, amido modificado, vinagre, açúcar, sal, suco de limão, acidulante ácido láctico, estabilizante goma xantana, conservador ácido sórbico, sequestrante EDTA cálcio dissódico, corante natural páprica, aromatizante e antioxidantes ácido cítrico, BHT e BHA. Produto industrializado, homogêneo e cremoso, de cor clara, sabor e aroma característicos, isento de glúten, fermentação, separação de fases, impurezas ou odor estranho. Apresentação em embalagem plástica ou tipo squeeze de 250 g, lacrada, íntegra e inviolada, contendo denominação do produto, lista de ingredientes, marca, nome, endereço e CNPJ do fabricante, número do lote,	Hellmann's, Vigor, Heinz	1



		data de fabricação e validade mínima de 6 meses a contar da entrega		
12	Milho verde em conserva, tipo simples, composto por grãos inteiros, imersos em líquido próprio, apresentando tamanho e coloração uniformes, sabor e odor característicos, isento de impurezas, grãos danificados, fermentados ou escurecidos. Produto industrializado. Apresentação em embalagem de sachê ou lata, com peso líquido drenado mínimo de 170 g, lacrada, íntegra e resistente, contendo denominação do produto, lista de ingredientes, marca, nome, endereço e CNPJ do fabricante, número do lote, data de fabricação e validade mínima de 12 meses a contar da entrega	Predilecta, Bonare, Knor	1	
13	Molho de tomate tradicional, industrializado, de boa qualidade, elaborado a partir de tomates selecionados e ingredientes permitidos pela legislação vigente, apresentando coloração vermelha intensa, consistência uniforme e sabor característico, isento de fermentação, grumos, corpos estranhos ou odor desagradável. Apresentação em embalagem mínima de 300 g (sachê, vidro ou lata), lacrada e íntegra, contendo externamente, de forma legível e indelével, as seguintes informações obrigatórias: denominação do produto e procedência; lista completa de	Salsaretti, Heinz, Pomarola	2	



		ingredientes; informações nutricionais (conforme RDC 360/2003); número do lote, data de fabricação e validade; peso líquido; marca, nome, endereço e CNPJ do fabricante; e informação sobre alergênico		
14		Panetone industrializado, com gotas de chocolate, elaborado com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, ovos, leite, manteiga, sal, emulsificantes, conservadores e corantes permitidos pela legislação vigente, apresentando textura macia, aroma e sabor característicos, isento de umidade excessiva, fermentação anormal, bolor ou odor estranho. Apresentação em embalagem primária plástica, hermeticamente fechada, atóxica e íntegra, com peso líquido mínimo de 400 g, contendo de forma legível e indelével: denominação do produto, lista de ingredientes, informações nutricionais (conforme RDC 360/2003), declaração de alergênicos, número do lote, data de fabricação, validade e identificação do fabricante (marca, nome, endereço e CNPJ). Validade mínima: 4 (quatro) meses a contar da data de entrega.	Bauducco, Visconti, Santa Helena	1



	15	Refrigerante sabor cola, gaseificado, de boa qualidade, apresentando coloração característica, aroma e sabor típicos, isento de fermentação, corpos estranhos ou alterações de cor, odor e sabor. Produto industrializado, acondicionado em garrafa PET de 2 litros, lacrada, íntegra e resistente à pressão interna, própria para consumo humano. A rotulagem deverá conter, de forma legível e indelével, a denominação do produto, lista completa de ingredientes, informações nutricionais marca, nome, endereço e CNPJ do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e volume nominal, além de informações sobre alergênicos e presença de cafeína. Validade mínima: 6 (seis) meses a contar da data de entrega.	Coca Cola, Pepsi	1
	16	Refrigerante sabor guaraná, gaseificado, de boa qualidade, com coloração âmbar clara, aroma e sabor característicos do guaraná, isento de fermentação, impurezas, corpos estranhos ou odor anormal. Produto industrializado, acondicionado em garrafa PET de 2 litros, lacrada, íntegra, resistente à pressão interna e inviolada, própria para consumo humano. A rotulagem deverá conter, de forma legível e indelével, a denominação do produto, lista completa de ingredientes, informações nutricionais, marca, nome, endereço e CNPJ do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e volume nominal, além de informação sobre alergênicos e presença de cafeína	Antartica Antarctica, Kuat	1
	17	Caixa de papelão ondulado reforçado, confeccionada em papel kraft duplo, com resistência mínima de 15 kg, destinada ao acondicionamento, transporte e entrega da cesta natalina. Deverá possuir alta resistência estrutural e de empilhamento, com paredes duplas (tipo onda BC ou similar), encaixe firme	Dispensa a apresentação de amostras	1



	nas abas, e acabamento rígido, permitindo empilhamento seguro sem deformação.		
--	-------------------------------------------------------------------------------	--	--

2.1.2 Itens que compõem o Lote 02 (refrigerado)

LOTE 02	1	<p>Carne bovina tipo fraldinha, sem osso, congelada, proveniente de animal abatido sob inspeção oficial (SIF, SIE ou SIM), apresentando cor vermelho-vivo, odor e textura próprios da espécie, isenta de coágulos, parasitas, hematomas, contusões, resíduos de sebo, nervos grosseiros ou qualquer substância estranha. O corte deverá ser composto exclusivamente pela fraldinha, devidamente desossado e refilado, livre de excesso de gordura, sebo e tecidos conjuntivos, podendo ser fornecido em peças inteiras ou em até dois pedaços por unidade, conforme o menor corte comercialmente aceito, desde que o peso total entregue seja de, no mínimo, 3 (Três) quilogramas. Não será admitido o fornecimento do produto em cubos, tiras, aparas ou carne moída.</p> <p>Produto industrializado e congelado a temperatura igual ou inferior a -12 °C, transportado e armazenado sob cadeia de frio contínua, acondicionado em embalagem primária plástica transparente, atóxica, resistente e devidamente lacrada, contendo rótulo legível e indelével com as seguintes informações:</p> <p>denominação do produto e tipo de corte; número de registro de inspeção (SIF/SIE/SIM); data de abate, embalagem e validade (mínimo 90 dias a contar da entrega); peso líquido total; marca, nome, endereço e CNPJ do frigorífico; orientações de conservação e temperatura. Condições sanitárias: devem</p>	-	3 kg
----------------	----------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	------



		observar integralmente as disposições da Fiscalização e controle: o produto será verificado no ato da entrega devendo cumprir integralmente as normas do MAPA quanto à origem, temperatura e integridade sanitária.		
	2	Frango semiprocessado, cortes de sobrecoxa sem pele e sem osso, provenientes de aves abatidas sob inspeção oficial (SIF, SIE ou SIM), apresentando aspecto, cor, odor e sabor próprios da carne de frango de primeira qualidade, isento de cartilagem, tendões, fragmentos de ossos, hematomas, coágulos, parasitas ou qualquer substância contaminante que possa alterar ou mascarar o produto. Produto congelado, transportado e conservado sob temperatura igual ou inferior a -12 °C, mantendo cadeia de frio contínua até a entrega, em conformidade com as normas de boas práticas de fabricação e conservação. Deverá apresentar retenção máxima de água de até 8% (oito por cento) do peso total, conforme limite técnico estabelecido na Portaria MAPA nº 210/1998, e estar acondicionado em embalagem primária apropriada, plástica, atóxica, hermeticamente fechada e resistente, com rótulo legível e	-	2 kg



		<p>indelével contendo: denominação do produto e tipo de corte; número de registro de inspeção (SIF/SIE/SIM); peso líquido; data de abate, embalagem e validade (mínimo de 90 dias a contar da entrega); marca, nome, endereço e CNPJ do frigorífico; condições de conservação.</p>		
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

2.2. Poderão os licitantes participar de apenas um lote ou de ambos, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas do respectivo lote.

2.3. A divisão em lotes decorre de motivação técnica, operacional e sanitária, conforme Estudo Técnico Preliminar – ETP e Termo de Referência, nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas em “NOTA DE EMPENHO”, e emitida a autorização de entrega.

2.5. Quando a licitante vencedora do Lote 02 não possuir sede no Município de Tarumã/SP, deverá obrigatoriamente instalar ponto físico local para armazenamento refrigerado e retirada dos produtos pelos servidores, em horário comercial, com estrutura compatível à cadeia de frio, às normas sanitárias e às exigências do Termo de Referência, arcando com todos os custos operacionais, logísticos e sanitários.

2.6. A critério da Administração, poderão ser solicitados no ato da contratação, laudos de análise, com o objetivo de verificar as propriedades, características e a qualidade do item, dentro dos parâmetros obrigatórios definidos na legislação pertinente, sendo que estes correrão por conta e ônus do licitante.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



- WWW.TARUMA.SP.GOV.BR**



contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.14. O impedimento de que trata no item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.15. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4. DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Tarumã/SP, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.5. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

4.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4.7. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

4.7.1. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a



presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior;

4.7.2. Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei no 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da CF/88;

4.7.3. Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

4.7.4. Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;

4.7.5. Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência;

4.7.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1. Os documentos de habilitação exigidos no edital PODERÃO ser anexados junto com a proposta. Contudo, a apresentação desses documentos será obrigatória apenas para o licitante vencedor.

5.1.2. Os licitantes vencedores que não apresentarem os documentos de habilitação exigidos no edital junto com a proposta terão o prazo de 2 (duas) horas, contadas a partir da finalização da etapa de lances, para apresentá-los, podendo ser prorrogado por igual período mediante a justificativa aceita pelo Agente de Contratação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo pregoeiro, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

5.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.10. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do Agente de Contratação, via sistema.

5.11. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.12. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

5.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

5.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação.

6. DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do lote e seus itens;

6.1.2. Marca dos produtos ofertados;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.



- 6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
- 6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5.** O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 6.7.** No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.
- 6.8.** Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO poderão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública.

7. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2.** O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.
- 7.3.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.5.** Ainda que a proposta tenha sido considerada conforme nas etapas anteriores, sendo localizado vício insanável, o Agente de Contratação poderá desclassificar as propostas eivadas de erros.
- 7.6.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.7.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.8.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



7.9. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

7.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa "Aberto e Fechado".

7.13. Do modo de disputa aberto e fechado seguirá a seguinte ordem de etapas:

7.13.1. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos;

7.13.2. Vencido o prazo previsto no inciso anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada;

7.13.3. Encerrada a recepção de lances, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;

7.13.4. Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo;

7.13.5. Encerrados os prazos estabelecidos acima, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade;

7.13.6. Se não houver lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;

7.13.7. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao edital.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.

7.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.



7.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.19. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



7.28.1. A disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. A avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na referida Lei;

7.28.3. O desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide artigo 5º do Decreto nº 11.430, de 2023).

7.28.4. O desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho será critério de desempate em processos licitatórios, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.28.5. O desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.29. Caso persista o empate, será assegurada preferência, de forma sucessiva, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.2. empresas brasileiras;

7.29.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.32. Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto, quando se tratar de mais de um item por lote o Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.33. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. Para efeito de seleção e julgamento, será considerado o **Menor Preço por lote**.

8.2. Para obter os benefícios da Lei Complementar nº. 123/06, a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá requerer por expresse, nos termos do disposto no artigo 72 da referida Lei Complementar Nº. 123/06.

8.3. Para se enquadrar na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei nº. 10.406/02, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverão cumprir as disposições do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, além de, não incorrer em nenhuma das exceções contidas nos incisos I a X do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06.

8.4. Ficam desde já advertidos os licitantes que a prática de qualquer ato no sentido de admitir que sua entidade empresarial é empresa de pequeno porte ou microempresa a fim de obter tratamento diferenciado no certame, quando não se enquadrar nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, ou quando estiver inserida nas situações elencadas nos incisos I a X do §4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, constitui fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeitando o infrator às penalidades previstas no Art. 155 da Lei nº. 14.133/21.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Do licitante detentor da melhor oferta serão solicitados os seguintes documentos relativos à habilitação e proposta de preços atualizada.

9.1.1. Habilitação Jurídica:

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será



considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional, consistente na apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma prevista na Portaria PGFN/RFB Nº 1751, de 02 de outubro de 2014;

c) Certidão de regularidade de débito para com a **Fazenda Estadual** da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

d) Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa).

e) Certidão de regularidade de débito para com a **Fazenda Municipal** da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

f) Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, (CNDT).

h) Autorização/Alvará de funcionamento expedido pela vigilância sanitária da sede da proponente.

9.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:



a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

9.2. Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência de validade.

9.3. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

9.4. Não serão consideradas válidas cópias extraídas de cópias autenticadas.

9.4.1. As cópias dos documentos poderão ser autenticadas, desde que apresentadas junto aos documentos originais, pelo representante do órgão municipal com chancela própria.

9.5. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

9.5.1. Fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal em caso de restrição na documentação par as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em observância ao disposto no art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06 e posteriores alterações.

9.5.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na perda do direito à contratação, sem prejuízo de demais sanções.

9.5.3. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.6. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará nas sanções previstas no item 19 e seguintes deste Edital.

10.DA PROPOSTA FINAL

10.1. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será automaticamente atualizada pelo sistema eletrônico sempre que houver apenas 1 item por lote. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente o Agente de Contratação poderá liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor(es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.

10.2. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente



aceita pelo Agente de Contratação.

10.3. Se faz necessário a especificação clara e detalhada do objeto licitado oferecido, vedada a propositura de alternativas, ficando os licitantes limitados às especificações deste edital, observando a ordem numérica disposta e indicando a marca, sendo que esta deverá ser obrigatoriamente especificada, podendo ser ofertada mais de uma marca mantendo preço único.

a) Identificação completa da empresa e do processo licitatório;

b) Preço UNITÁRIO e TOTAL do item, expresso em reais, com no máximo duas casas após a vírgula, fixo e irrevogável, compreendendo, além do lucro, encargos sociais, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da proponente que, direta ou indiretamente, decorram da entrega do objeto licitado.

c) O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

10.4. Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. Caso a empresa seja vencedora de algum lote, o contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

10.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.DAS AMOSTRAS

11.1. Após a fase de lances, envio das propostas finais e habilitação, o pregão será suspenso para que as licitantes vencedoras apresentem obrigatoriamente, no prazo de 01



(um) dia útil, as amostras de TODOS os itens, sob pena de rejeição da proposta na fase de aceitação.

11.2. As amostras a serem entregues pelas licitantes vencedoras deverão estar devidamente etiquetadas, em sua embalagem original, com os respectivos dados do Fornecedor (nome, endereço completo) e o número do item a qual pertence o produto, a fim de que possamos aferir com precisão a especificação do objeto.

11.3. **A empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar a amostra à Equipe Técnica, na Prefeitura Municipal de Tarumã, sito a Rua Aroeira, nº. 482, – Vila das Árvores, Tarumã SP, CEP 19820-000, para análise. A amostra será analisada dentro da especificação solicitada, bem como se atende com eficácia ao fim a que se destina.**

11.4. A amostra poderá ser aberta e manuseada, NÃO será devolvida à empresa licitante considerando que se trata de alimento.

11.5. A amostra será analisada dentro da especificação solicitada, bem como se atende com eficácia ao fim a que se destina. A análise e avaliação das amostras serão norteadas pelo atendimento das características e compatibilidades técnicas, em especial no que tange aos padrões de qualidade e desempenho pretendidos e requeridos, de tal modo que o Município tenha elementos para subsidiar sua decisão quanto à relação custo x benefício do produto que melhor atenda suas necessidades.

11.6. A amostra que apresentar padrão inferior de qualidade durante a referida análise terá o item imediatamente desclassificado, mesmo que possua todas as especificações exigidas no Edital.

11.7. As amostras não constituem parte dos quantitativos totais solicitados para o item e não serão devolvidas às licitantes, tendo em vista sua utilização para análise da compatibilidade do produto cotado com as especificações técnicas solicitadas.

11.8. O produto DEVERÁ ESTAR no ato da entrega, em conformidade com a amostra apresentada no início do processo licitatório.

11.9. **Para o Lote 02, em razão da natureza perecível do objeto, a Administração poderá, em substituição à amostra física, realizar inspeção técnica in loco, documental ou sanitária, previamente à contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.**

12.DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

12.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

12.2. Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, via Internet no endereço www.licitardigital.com.br.

12.3. Os esclarecimentos e eventuais retificações serão efetuados e disponibilizados no endereço eletrônico acima mencionado.

12.4. Em qualquer ocasião antecedente à data de entrega das propostas, o Agente de Contratação poderá, por iniciativa própria ou em consequência de manifestação ou



solicitação de esclarecimento das licitantes, realizar modificações nos termos do Edital que não influenciem na elaboração das propostas de preços. Estas modificações serão feitas mediante a emissão de errata, e será publicada no site da Prefeitura Municipal de Tarumã e no endereço eletrônico acima mencionado.

12.5. Não serão reconhecidas impugnações do Edital fora dos respectivos prazos legais.

12.6. Acolhida a impugnação contra o Edital que implique em alteração do mesmo, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame, quando será novamente publicado pelos mesmos meios inicialmente divulgados.

12.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

13.DOS RECURSOS

13.1. Referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, caberá recurso em observância aos casos previstos no Art. 165, da Lei 14.133/21, sendo:

13.2. Hipótese de recurso apresentado para: “Impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante” – Art. 165, I, b) e c):

13.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada de forma imediata, sob pena de preclusão;

13.2.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor, conforme Art. 40 da instrução normativa SEGES/ME Nº 73, DE 30/09/22;

13.2.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.2.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo estipulado não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes



será de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Agente de Contratação sempre que não houver recurso.

14.2. A adjudicação será feita por lote.

14.3. A adjudicação e homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente.

15.DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

15.1. Fornecer o objeto licitado em conformidade com as especificações exigidas por este edital, ANEXO III – Termo de Referência, em consonância com a proposta de preço, sob pena de serem rejeitados os itens irregulares;

15.2. Manter, durante toda a Vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

15.4. Arcar com eventuais prejuízos causadas a Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

15.5. Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em leis Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.

15.6. Cumprir os prazos e horários de entrega, bem como substituir no todo ou em partes, às suas expensas, produtos que estiver com defeito, validade vencida ou deteriorada.

15.7. O local de entrega do objeto licitado estará informado na nota de empenho conforme especificações deste edital, em consonância com a proposta de preço;

15.8. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da entrega dos itens.

15.9. Comparecer sempre que solicitado a Secretaria Municipal de Governo e órgãos controladores da Prefeitura Municipal de Tarumã, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

15.10. O não cumprimento total ou parcial por parte da Contratada ensejará a sua rescisão independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.



15.11. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte a terceiros, sem anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão.

15.12. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela administração.

15.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da culpa ou dolo, quando da execução do objeto, independente dos procedimentos de fiscalização e acompanhamento da execução contratual, adotados pela CONTRATANTE, e independente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

15.14. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido na forma do preceituado no Art. 125 da Lei Federal 14.133/21, tomando-se por base o valor contratual.

16.DO PRAZO DE ENTREGA

16.1. Os produtos serão fornecidos em uma única remessa, de forma integral, em atendimento às requisições expedidas pelas Secretarias Municipais, assinadas pelos responsáveis. Lote 01, as cestas deverão ser entregues na data improrrogável no dia 23 de dezembro de 2025, em local a ser indicado pela UGB: Recursos Humanos.

16.2. Quanto ao Lote 02 do Anexo II – Composição (Kit de Carnes), a Contratada deverá entregá-lo no próprio estabelecimento ou local a ser indicado, no período de 23 a 31 de dezembro de 2025, o Kit Carne deverá ser entregue na mesma embalagem, não será aceito a entrega das peças separadas. Este item deverá ser entregue sob refrigeração e sob boas condições de conservação, higiênica e sanitária.

16.3. As requisições deverão conter:

16.4. Identificação da unidade requisitante;

16.5. Número do Processo e número da licitação (ex. Processo n.º XXX/2025 – Pregão Eletrônico n.º XXX/2025);

16.6. Número do Contrato;

16.7. Identificação da contratada;

16.8. Especificação dos itens e respectivas quantidades;

16.9. Data e horário para entrega dos itens.

16.10. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

16.11. Os produtos deverão ser entregues nos prazos estabelecidos, contados da data emissão da respectiva nota de empenho.



16.12. O objeto da presente licitação, em cada uma de suas parcelas somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a contratante poderá:

16.13. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente;

16.14. A Prefeitura Municipal de Tarumã/SP reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 90, § 7º da lei 14.133/21.

16.15. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

16.16. O recebimento dos bens será realizado em conformidade com o art. 141 da Lei nº 14.133/2021, observando-se as seguintes fases:

16.17. Recebimento provisório, para verificação da conformidade quantitativa e qualitativa com as especificações do Edital e Termo de Referência;

16.18. Recebimento definitivo, após conferência técnica, sanitária, documental e operacional, com saneamento de eventuais falhas.

16.19. Serão rejeitados os produtos que apresentarem desconformidades, devendo a contratada providenciar substituição ou correção no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a Administração, sob pena de sanções.

17.DO CONTRATO

17.1. Homologada a licitação, a Secretaria Municipal de Governo, convocará no prazo de até 05 (cinco) dias, o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora para assinatura do Contrato, sob pena de decair o direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei nº. 14.133/21.

17.2. Caso a empresa adjudicatária não assine o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, o Agente de Contratação poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para nova negociação até a contratação, ou recomendar a revogação da licitação, independentemente da cominação prevista no art. 90 da Lei nº. 14.133/21.

17.3. O Contrato terá vigência restrita ao prazo necessário para a entrega definitiva das cestas adquiridas e seu recebimento pela Administração, limitado à data de 31 de dezembro de 2025, a contar da data da sua assinatura, salvo se a entrega ocorrer em prazo anterior.

17.4. Por se tratar de aquisição única e de entrega integral, não haverá prorrogação contratual, aplicando-se o art. 107 da Lei nº. 14.133/21 apenas de forma subsidiária às



hipóteses legalmente admitidas.

17.5. Eventuais alterações contratuais, quando necessárias e juridicamente cabíveis, deverão ser formalizadas por termo aditivo, nos limites do art. 125 da Lei nº. 14.133/21.

18.DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

19.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/ Agente de Contratação /a durante o certame;

19.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

19.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

19.2.4. deixar de apresentar amostra;

19.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

19.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

19.2.9. fraudar a licitação.

19.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.2.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.2.12. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.2.13. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.2.14. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



19.2.15. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.3.1. advertência;

19.3.2. multa;

19.3.3. impedimento de licitar e contratar e

19.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

19.4.2. as peculiaridades do caso concreto

19.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

19.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

19.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da comunicação oficial, a contar da comunicação oficial.

19.6. Para as infrações previstas neste edital, a multa será de 0,5% a 30% do valor do contrato licitado.

19.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens acima, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo (a) Prefeito (a) Municipal, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

19.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens anteriores, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.



19.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

19.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20. DA RESCISÃO

20.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com fundamento no Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações, sem direito a qualquer indenização.

21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos financeiros correrão à conta de dotações orçamentárias na Categoria Econômica ora abaixo discriminada, ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município:

02.01.00-04.122.0007.2010-3.3.90.30-**8**-MATERIAL DE CONSUMO
02.02.00-04.121.0007.2063-3.3.90.30-**42**-MATERIAL DE CONSUMO
02.02.00-04.122.0007.2065-3.3.90.30-**51**-MATERIAL DE CONSUMO
02.02.00-04.122.0007.2067-3.3.90.30-**72**-MATERIAL DE CONSUMO
02.02.00-04.122.0007.2069-3.3.90.30-**89**-MATERIAL DE CONSUMO
02.02.00-04.122.0007.2070-3.3.90.30-**97**-MATERIAL DE CONSUMO



02.02.00-04.122.0007.2064-3.3.90.30-**107**-MATERIAL DE CONSUMO
02.02.00-04.122.0007.2071-3.3.90.30-**117**-MATERIAL DE CONSUMO
02.02.00-04.128.0023.2072-3.3.90.30-**131**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.361.0021.2112-3.3.90.30-**245**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.361.0037.2148-3.3.90.30-**259**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.361.0046.2126-3.3.90.30-**279**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.361.0047.2121-3.3.90.30-**284**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.361.0047.2122-3.3.90.30-**291**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.361.0048.2119-3.3.90.30-**298**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.361.0048.2120-3.3.90.30-**305**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.362.0040.2135-3.3.90.30-**315**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.364.0043.2127-3.3.90.30-**338**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.365.0049.2113-3.3.90.30-**344**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.365.0049.2114-3.3.90.30-**350**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.365.0049.2115-3.3.90.30-**356**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.366.0045.2124-3.3.90.30-**379**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-13.392.0038.2144-3.3.90.30-**389**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-27.812.0039.2141-3.3.90.30-**401**-MATERIAL DE CONSUMO
02.06.00-08.241.0032.2092-3.3.90.30-**444**-MATERIAL DE CONSUMO
02.06.00-08.241.0033.2087-3.3.90.30-**456**-MATERIAL DE CONSUMO
02.06.00-08.242.0033.2088-3.3.90.30-**465**-MATERIAL DE CONSUMO
02.06.00-08.243.0032.2093-3.3.90.30-**474**-MATERIAL DE CONSUMO
02.07.00-08.122.0007.2077-3.3.90.30-**541**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.122.0018.2036-3.3.90.30-**577**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.301.0017.2034-3.3.90.30-**602**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.301.0022.2045-3.3.90.30-**621**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.301.0022.2046-3.3.90.30-**634**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.301.0022.2053-3.3.90.30-**697**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.302.0017.2025-3.3.90.30-**707**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.302.0017.2028-3.3.90.30-**731**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.302.0017.2031-3.3.90.30-**747**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.302.0017.2032-3.3.90.30-**757**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.305.0019.2039-3.3.90.30-**775**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.305.0019.2042-3.3.90.30-**784**-MATERIAL DE CONSUMO
02.10.00-04.122.0002.2002-3.3.90.30-**801**-MATERIAL DE CONSUMO
02.10.00-04.122.0003.2003-3.3.90.30-**811**-MATERIAL DE CONSUMO
02.10.00-04.122.0004.2004-3.3.90.30-**820**-MATERIAL DE CONSUMO
02.10.00-04.122.0007.2001-3.3.90.30-**838**-MATERIAL DE CONSUMO
02.10.00-11.333.0004.2005-3.3.90.30-**852**-MATERIAL DE CONSUMO
02.10.00-19.572.0004.2160-3.3.90.30-**862**-MATERIAL DE CONSUMO
02.03.00-04.122.0007.2014-3.3.90.30-**141**-MATERIAL DE CONSUMO
02.03.00-15.452.0015.2021-3.3.90.30-**192**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.122.0021.2111-3.3.90.30-**230**-MATERIAL DE CONSUMO



22. DO PAGAMENTO

22.1. O pagamento será efetuado, após o recebimento dos respectivos itens em sua totalidade, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até 30 dias após o aceite da nota fiscal.

22.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.3. Os pagamentos serão efetuados através de ordem de pagamento bancário e ou recebimento em carteira.

22.4. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã.

22.5. Para efeito de pagamento, só serão aceitas pela Administração Pública da(s) empresa(s) contratada(s), emissão de Nota Fiscal Eletrônica dos produtos entregues, conforme disciplina a Portaria CAT nº162/2010.

22.6. O município de Tarumã efetuará a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços, de acordo com a Instrução Normativa da RFB 1234/2012.

23. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

23.1. O preço contratado permanecerá fixo e irrevogável durante toda a vigência do instrumento contratual.

24. ANEXOS

24.1. ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

24.2. ANEXO II – MAPA DE RISCOS;

24.3. ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA;

24.4. ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO;

24.5. ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06;

24.6. ANEXO VI – MODELO DE PROCURAÇÃO;

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. É facultado ao Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que



deveria constar originalmente da proposta.

25.2. Os proponentes intimados a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação sob pena de desclassificação / inabilitação.

25.3. Desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

25.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

25.5. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 155 a 163, da Lei nº. 14.133/21.

25.6. De todas as sessões públicas realizadas, será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas, porventura apresentadas pelos representantes legais.

25.7. Os interessados ainda poderão obter informações e/ou o Edital por meio eletrônico, via Internet no endereço www.licitardigital.com.br, ou através do e-mail: licitacao2@taruma.sp.gov.br ou ainda protocolado na Unidade Gerencial Básica – Licitações, situado a Rua Aroeira, nº. 482 – Vila das Árvores, Tarumã SP. Maiores esclarecimentos através do Tel: (0XX18) 3373-4700 – Ramal 9549 / 9538.

25.7.1. As informações do item anterior não abrangem pedidos de esclarecimento e impugnações, que devem ser encaminhados exclusivamente pelo Portal de Licitações: www.licitardigital.com.br.

25.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação, que decidirá com base na legislação em vigor.

25.9. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Contratado para outras entidades.

25.10. Não cabe a licitar qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

25.11. O Município de Tarumã se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

25.12. O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital e anexos.

25.13. Os atos referentes a este processo poderão ser comunicados aos proponentes por



qualquer tipo de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado, Jornal Local de grande circulação ou no Jornal Semanário distribuído no município de Tarumã.

25.14. A qualquer tempo e na forma da Lei, antes da contratação, a Prefeitura de Tarumã poderá inabilitar a licitante ou desclassificar sua proposta sem que a esta caiba direito de indenização ou reembolso, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda reduza sua capacidade de produção.

25.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Agente de Contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

25.16. Em caso de divergência entre o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência. Da mesma forma, havendo divergência entre o Edital e o Termo de Referência, prevalecerá o Edital.

25.17. Fica eleito o foro da Comarca de Assis/SP para dirimir quaisquer questões judiciais advindas do presente Edital.

Tarumã/SP, 25 de novembro de 2025.

MAX PAULO LABS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO



ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



ANEXO II – MAPA DE RISCOS



ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA



ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO: 040/2025

PROCESSO: 095/2025

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE 929 CESTAS NATALINAS A SEREM DISTRIBUÍDAS AOS COLABORADORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ NO ANO DE 2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Secretário Municipal o Senhor **MAX PAULO LABS**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.876.405-4 - SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 368.605.048-03, residente domiciliado na Rua Beija-Flor, nº 11, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa_____, inscrita no CNPJ sob nº._____, e Inscrição Estadual nº._____, com sede a Rua_____, nº._____, Município de_____, Estado de_____, neste ato representado por seu representante legal o Senhor _____portador da Cédula de Identidade (RG) nº._____, e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº._____, residente e domiciliado a Rua_____, nº._____, no município de_____, Estado de_____, simplesmente denominada CONTRATADA, celebram o presente, em observância o Pregão Eletrônico nº.40/2025, homologado em_____, com fulcro na Lei nº. 14.133, de 21 de abril de 2021 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Contrato tem por objeto o **fornecimento de bens**, consistindo, conforme o lote adjudicado no Pregão Eletrônico nº XXX/2025, em:

- a) **Lote 01 – Cestas Natalinas:** aquisição de até 929 (novecentas e vinte e nove) cestas natalinas completas, destinadas aos servidores públicos municipais de Tarumã/SP, contendo os itens alimentícios não perecíveis descritos no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar;
- b) **Lote 02 – Kits de Carne Refrigerada:** fornecimento de kits de carne refrigerada, a serem retirados individualmente pelos servidores beneficiários, com observância integral da cadeia de frio e das especificações constantes do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O objeto será executado nas condições, prazos, quantidades e especificações constantes do Edital, do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar, da Matriz de



Riscos Contratuais e da proposta da CONTRATADA, que integram o presente instrumento para todos

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL E DA PROPOSTA

2.1 O presente contrato vincula-se, em todos os seus termos, ao Edital do Pregão Eletrônico nº 040/2025, ao Termo de Referência, ao Estudo Técnico Preliminar – ETP, à Matriz de Riscos Contratuais, à proposta vencedora e demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº 095/2025.

2.2. Em caso de omissão deste instrumento, prevalecerão, sucessivamente, o disposto no Edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar, na Matriz de Riscos e na proposta da CONTRATADA, desde que não contrariem a Lei nº 14.133/2021.

2.2 Os termos deste Instrumento de Contrato se vinculam aos ditames do Edital do Processo nº 095/2025 – Pregão Eletrônico nº 040/2025, ao Termo de Referência e a Proposta da Licitante vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ ().

3.2. O pagamento será efetuado após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até trinta dias úteis.

3.3. Não será admitida proposta com condição de pagamento ANTECIPADO ou de prazo contado da data de EMISSÃO da Nota Fiscal ou recibo;

3.4. Não será efetuado qualquer pagamento a CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

3.5. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária ou pix.

3.6. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

3.7. Os preços contratados são cobridos, englobando todos os custos diretos e indiretos, inclusive transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas, logísticos, manutenção da cadeia de frio (quando houver Lote 02) e demais despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto, vedado qualquer ônus adicional ao Município.

CLÁUSULA QUARTA

DA AUSÊNCIA DE REAJUSTE DE PREÇOS

4.0. A presente contratação possui natureza de execução imediata, com fornecimento integral dos bens no exercício de 2025, não se justificando aplicação de reajuste, em consonância com o Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar.

CLÁUSULA QUINTA

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO



5.1 As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das Dotações Orçamentárias, ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município:

Dotações Orçamentárias, ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município:

02.01.00-04.122.0007.2010-3.3.90.30- **8**-MATERIAL DE CONSUMO
02.02.00-04.121.0007.2063-3.3.90.30-**42**-MATERIAL DE CONSUMO
02.02.00-04.122.0007.2065-3.3.90.30-**51**-MATERIAL DE CONSUMO
02.02.00-04.122.0007.2067-3.3.90.30-**72**-MATERIAL DE CONSUMO
02.02.00-04.122.0007.2069-3.3.90.30-**89**-MATERIAL DE CONSUMO
02.02.00-04.122.0007.2070-3.3.90.30-**97**-MATERIAL DE CONSUMO
02.02.00-04.122.0007.2064-3.3.90.30-**107**-MATERIAL DE CONSUMO
02.02.00-04.122.0007.2071-3.3.90.30-**117**-MATERIAL DE CONSUMO
02.02.00-04.128.0023.2072-3.3.90.30-**131**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.361.0021.2112-3.3.90.30-**245**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.361.0037.2148-3.3.90.30-**259**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.361.0046.2126-3.3.90.30-**279**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.361.0047.2121-3.3.90.30-**284**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.361.0047.2122-3.3.90.30-**291**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.361.0048.2119-3.3.90.30-**298**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.361.0048.2120-3.3.90.30-**305**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.362.0040.2135-3.3.90.30-**315**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.364.0043.2127-3.3.90.30-**338**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.365.0049.2113-3.3.90.30-**344**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.365.0049.2114-3.3.90.30-**350**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.365.0049.2115-3.3.90.30-**356**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.366.0045.2124-3.3.90.30-**379**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-13.392.0038.2144-3.3.90.30-**389**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-27.812.0039.2141-3.3.90.30-**401**-MATERIAL DE CONSUMO
02.06.00-08.241.0032.2092-3.3.90.30-**444**-MATERIAL DE CONSUMO
02.06.00-08.241.0033.2087-3.3.90.30-**456**-MATERIAL DE CONSUMO
02.06.00-08.242.0033.2088-3.3.90.30-**465**-MATERIAL DE CONSUMO
02.06.00-08.243.0032.2093-3.3.90.30-**474**-MATERIAL DE CONSUMO
02.07.00-08.122.0007.2077-3.3.90.30-**541**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.122.0018.2036-3.3.90.30-**577**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.301.0017.2034-3.3.90.30-**602**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.301.0022.2045-3.3.90.30-**621**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.301.0022.2046-3.3.90.30-**634**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.301.0022.2053-3.3.90.30-**697**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.302.0017.2025-3.3.90.30-**707**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.302.0017.2028-3.3.90.30-**731**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.302.0017.2031-3.3.90.30-**747**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.302.0017.2032-3.3.90.30-**757**-MATERIAL DE CONSUMO
02.08.00-10.305.0019.2039-3.3.90.30-**775**-MATERIAL DE CONSUMO



02.08.00-10.305.0019.2042-3.3.90.30-**784**-MATERIAL DE CONSUMO
02.10.00-04.122.0002.2002-3.3.90.30-**801**-MATERIAL DE CONSUMO
02.10.00-04.122.0003.2003-3.3.90.30-**811**-MATERIAL DE CONSUMO
02.10.00-04.122.0004.2004-3.3.90.30-**820**-MATERIAL DE CONSUMO
02.10.00-04.122.0007.2001-3.3.90.30-**838**-MATERIAL DE CONSUMO
02.10.00-11.333.0004.2005-3.3.90.30-**852**-MATERIAL DE CONSUMO
02.10.00-19.572.0004.2160-3.3.90.30-**862**-MATERIAL DE CONSUMO
02.03.00-04.122.0007.2014-3.3.90.30-**141**-MATERIAL DE CONSUMO
02.03.00-15.452.0015.2021-3.3.90.30-**192**-MATERIAL DE CONSUMO
02.04.00-12.122.0021.2111-3.3.90.30-**230**-MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar o contrato fielmente, em estrita conformidade com as cláusulas pactuadas, com o Edital, com o Termo de Referência, com o Estudo Técnico Preliminar – ETP, com a Matriz de Riscos Contratuais e com sua proposta, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Fornecer todos os produtos que compõem as cestas natalinas (Lote 01) e, quando aplicável, os kits de carne refrigerada (Lote 02), rigorosamente de acordo com as especificações técnicas, quantidades, prazos e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, no ETP e seus anexos, sendo vedada a entrega de itens fracionados, manipulados, sem rótulo, com data de validade ilegível, com embalagem violada ou que não atendam às normas sanitárias vigentes.

6.3. Suportar integralmente todos os custos relativos ao transporte, armazenagem, acondicionamento, conservação, manuseio e manutenção da cadeia de frio dos itens perecíveis, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, inclusive no tocante a deslocamentos, equipamentos refrigerados, mão de obra e riscos de deterioração.

6.4. Quando não possuir sede no Município de Tarumã/SP e for vencedora do Lote 02, instalar, às suas expensas, ponto de atendimento, entrega e armazenagem refrigerada local, dotado de estrutura e equipamentos frigoríficos adequados, em horário comercial, durante todo o período de retirada dos kits, conforme condições previstas no Termo de Referência e no ETP.

6.5. Apresentar amostras dos produtos do Lote 01 sempre que formalmente solicitado pela Administração, bem como viabilizar a realização de inspeções técnicas e sanitárias, inclusive in loco, relativas ao Lote 02, quando determinado pela fiscalização contratual.

6.6. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e de qualificação técnica, fiscal, econômico-financeira e trabalhista exigidas na licitação, comunicando formalmente eventual alteração que possa impactar a execução do contrato, sob pena de rescisão e aplicação de sanções.

6.7. Substituir, corrigir ou recompor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os produtos entregues em desconformidade com as especificações contratuais ou que



apresentem avarias, vencimento iminente ou expirado, divergência sanitária, violação de embalagens, contaminação, inadequação de etiquetagem ou qualquer condição que comprometa a segurança alimentar, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

6.8. Responder integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de sua ação ou omissão na execução do contrato, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE, não se admitindo exclusão ou mitigação dessa responsabilidade sob qualquer fundamento.

6.9. Cumprir as demais obrigações técnicas, operacionais, logísticas e sanitárias previstas no Edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e na Matriz de Riscos Contratuais, que integram o presente instrumento para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SETIMA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo de outras estabelecidas neste contrato ou decorrentes da legislação vigente:

- a) Disponibilizar à Contratada todas as informações, documentos, diretrizes e especificações técnicas necessárias à fiel execução do objeto, em conformidade com o Termo de Referência e com o Estudo Técnico Preliminar que integram este instrumento.
- b) Proceder aos pagamentos devidos, observados os prazos, condições e exigências previstas neste contrato, mediante prévio recebimento provisório ou definitivo do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- c) Exercer a fiscalização administrativa, técnica e operacional da execução contratual, por meio de servidor(es) formalmente designado(s), registrando ocorrências, exigindo correções, determinando substituições e adotando as providências de acompanhamento previstas nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- d) Definir e comunicar à Contratada, com antecedência razoável, o cronograma oficial de entrega das cestas natalinas (**Lote 01**), os locais de recebimento e as orientações sobre o procedimento de retirada dos kits de carne refrigerada (**Lote 02**), conforme planejamento previsto no TR e no ETP.
- e) Preparar os espaços físicos necessários para o recebimento, conferência, registro e distribuição das cestas natalinas às UBGs, garantindo condições adequadas para o recebimento provisório e definitivo.
- f) Acompanhar e registrar formalmente todas as etapas da execução, garantindo transparência, rastreabilidade documental e observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e controle previstos nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA DA EXTINÇÃO ANTECIPADA

8.1. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse da Administração nas hipóteses do art. 137 com as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se ao contratado o contraditório e a ampla defesa.



8.2. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do contratado nas hipóteses do § 2º do art. 137 com as consequências previstas no § 2º do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. A extinção antecipada do contrato deverá observar os seguintes requisitos:

8.4. levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

- a) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
- b) apuração de indenizações e multas.

CLÁUSULA NONA

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Das infrações administrativas

9.1.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o Contratado que:

9.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.3 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.4 der causa à inexecução total do contrato;

9.1.5 enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato, sem motivo justificado;

9.1.6 apresente declaração ou documentação falsa, ou preste declaração falsa durante a execução do contrato;

9.1.7 pratique ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.8 comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza; ou

9.1.9 pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

9.2.1 A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 15.612, de 6 de maio de 2021.

9.2.2 A aplicação de quaisquer penalidades observará processo administrativo regular, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.3 As sanções serão aplicadas proporcionalmente à gravidade da infração, levando-se em conta os critérios previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente: a natureza e gravidade da conduta, o dano causado à Administração, a vantagem auferida, a reincidência e as medidas de mitigação adotadas pela CONTRATADA.

9.2.4 As sanções aplicáveis são:

I – advertência, por escrito;

II – multa, aplicada nas formas:

- a) multa compensatória, de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do contrato, quando a infração resultar em prejuízo à Administração;
- b) multa moratória, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, limitada a 30



(trinta) dias, calculada sobre o valor da parcela inadimplida;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas hipóteses de inexecução grave ou infrações que comprometam o interesse público;

IV – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021, aplicável nos casos de fraude grave, má-fé ou conduta lesiva ao erário.

9.3 Da Aplicação das Sanções

9.3.1. As sanções previstas nesta cláusula são autônomas e independentes entre si, podendo ser aplicadas cumulativamente quando a infração assim o justificar.

9.3.2. A aplicação de penalidade não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar integralmente os danos, perdas ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros.

9.3.3. O valor da multa compensatória constitui o mínimo da indenização devida a título de perdas e danos, sem prejuízo da apuração e cobrança de eventual prejuízo excedente.

9.3.4. A multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, quando o atraso ocasionar prejuízo efetivo à Administração, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

9.3.5. O descumprimento contratual grave poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.6. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não afasta a incidência das penalidades estabelecidas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), no Código Penal e demais normas aplicáveis.

9.3.7. As penalidades que impliquem restrição ao direito de licitar e contratar serão registradas no correspondente cadastro nacional, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1 A vigência do termo de contrato será até 31/12/2025 a contar da assinatura do termo de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO COMPETENTE

11.1 A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento, será regido pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº. 14.133/21 e posteriores alterações, ficando eleito o foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, o qual terá jurisdição e competência sobre quaisquer controvérsias do Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as 2 (duas) testemunhas a seguir, a todo ato presentes para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente, por si e seus sucessores em juízo ou fora dele.

Tarumã, _____ de _____ de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
MAX PAULO LABS
SECRETÁRIO MUNICIPAL CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO RESPONSÁVEL/PROCURADOR
CARGO DO RESPONSÁVEL/PROCURADOR
Nº DOCUMENTO IDENTIDADE

Gestor do Contrato:

Fiscal do Contrato:

1. _____
NOME
CPF
CARGO

2. _____
NOME
CPF
CARGO



ANEXO V

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. 095/2025 – Pregão Eletrônico nº. 040/2025, sob as penas da Lei, que a sobredita empresa se enquadra perfeitamente nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta, portando, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório, conforme disposição contida no presente Edital.

DECLARO, outrossim, que a empresa não está enquadrada em qualquer impedimento previsto no artigo 3º, parágrafo 4º, da LC n.º 123/06.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

Tarumã, ____ de _____ de 2025.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade



ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO

Eu,(sócio proprietário), residente na rua na cidade de, portador da RG e CPF....., venho por meio desta, nomear o Senhor(a)....., portador do RG....., residente a rua....., nº....., como meu bastante procurador, para o fim especial de representar a empresa, situada a rua (Avenida)....., nº, na cidade de, Estado de, CNPJ..... e Inscrição Estadual....., junto a Prefeitura Municipal de Tarumã, SP, no edital de Licitação....., Modalidade Pregão, nº. 040/2025 para efetuação de lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da minha empresa acima citada.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

(Local/UF), de (mês) de 2025.

Assinatura

